



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
Secretaria-Executiva
Comitê Ministerial de Governança

REGISTRO DE REUNIÃO

Comitê Ministerial de Governança — 3ª Reunião Extraordinária

Data: 10 de maio de 2024

Horário: 14h00 às 17h00

Local: sala 763 – 7º andar – Bloco C – Esplanada dos Ministérios

Equipes: MPI/SE, MPI/GM, MPI/SEART, MPI/SEGAT, MPI/SEDAT, MPI/GEPROJ,
MPI/CGGA/COGE/COTEC), FUNAI/DAGES

Participantes: Lista Anexada

RELATO DA REUNIÃO

A reunião teve por objetivos a obtenção da aprovação do Comitê Ministerial de Governança - CMG para os seguintes tópicos o Plano Estratégico do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e suas Metas Prioritárias para o ano de 2024; o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC); a Instalação do Comitê Interno de Gestão e Administração; e a Instituição do Comitê de Transparência, Integridade e Controle Interno (CTIC), e o escopo das propostas do MPI para o Plano de Ações de Integridade e Combate a Corrupção do Poder Executivo Federal.

A reunião iniciou às 14h19 do dia 10 de maio de 2024 com uma breve abertura realizada pelo Secretário-Executivo do Ministério dos Povos Indígenas, Sr. Eloy Terena, que presidiu o encontro. Registra-se a seguir as principais discussões e as deliberações segundo pauta recebida por todos os membros dentro do prazo regimental.

Item 2 - Definição das Metas Prioritárias do Planejamento Estratégico. (CGGA)

Resumo das discussões: O Coordenador-Geral de Gestão e Administração Substituto, apresentou a planilha de contabilização dos votos dos membros do CMG para a escolha das Metas Prioritárias do Plano Estratégico Institucional - PEI do MPI, nessa planilha, construída pela Coordenação de Gestão Estratégica (COGE/CGGA), consta as 15 metas que eleitas por cada membro do CMG, sendo 5 com peso 1, 5 com peso 2 e 5 com peso 3. No momento, ainda não haviam sido apresentadas as metas eleitas pelo Secretário Marcos Kaingang, da SEDAT. Após discussão, foi decidido por unanimidade pelo aguardo do envio das metas eleitas pelo referido membro do CMG, na própria data da reunião, após o que a COGE/CGGA apresentaria o ranking final da votação, para deliberação virtual entre os membros do CMG.

Foi registrado que em reuniões anteriores do CMG foram aprovados o Plano Estratégico Institucional – PEI 2024-2026 e o Modelo Conceitual do Sistema de Monitoramento e Avaliação do PEI; bem como a criação do Subcomitê de Monitoramento e Avaliação - SMA.

Deliberações: Aprovada a metodologia apresentada e postergada a deliberação para após a apresentação do ranking final, contemplando as metas escolhidas pelo Secretário da SEDAT.

Item 3 - Instituição do Comitê Interno de Gestão e Administração - CIGAD (COGE/CGGA)

Resumo das discussões: O Coordenador-Geral de Gestão e Administração Substituto, contextualizou a criação do Subcomitê de Monitoramento e Avaliação – SMA no âmbito do modelo de governança estabelecido na Portaria GM/MPI N.º 37, de 9 de fevereiro de 2024, que prevê a instituição do Comitê Interno de Gestão e Administração – CIGAD. Nesse modelo, o SMA ficaria vinculado ao CIGAD.

Deliberações: Aprovada a criação do CIGAD por unanimidade.

Item 4 - Criação do Subcomitê de Monitoramento e Avaliação – SMA (COGE/CGGA)

Resumo das discussões: A equipe da Coordenação-Geral de Gestão e Administração apresentou a minuta de resolução que aprova o PEI, aprova o modelo conceitual de monitoramento e avaliação do PEI, aprova as metas prioritárias do PEI e cria o SMA. Além disso, relatou a importância de alterações na Portaria GM/MPI N.º 37, de 9 de fevereiro de 2024, que instituiu o CMG, no sentido de permitir que comitês e subcomitês vinculados ao CMG possam ser deliberativos também, e não só consultivos. O Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno destacou nas contribuições da CGGA, os ajustes para flexibilizar o §1º do art. 10 da Portaria GM/MPI N.º 37, para abranger demandas administrativas.

Deliberações: Aprovado por unanimidade. A CGGA deve concluir e submeter a proposta de resolução supramencionada.

Item 5 - Aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC (COTEC/CGGA)

Resumo das discussões: Foi elaborada e apresentada pela equipe da Coordenação de Tecnologia da Informação (COTEC/CGGA/SE/MPI), informado sua obrigatoriedade, utilizada a metodologia utilizada pela equipe atendeu às recomendações do Guia do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) para elaboração do PDTIC, foi realizado o levantamento com todas as áreas do MPI, para constar as necessidades, identificar os riscos, definir a priorização dos objetivos de TIC do PDTIC. Apresentados os objetivos estratégicos de TIC, as metas, as ações e os indicadores constantes do Plano. Após as apresentações por parte da equipe, abriu-se a palavra aos presentes para apreciação e considerações na minuta do PDTIC/MPI 2024-2026. O Secretário-Executivo do MPI ressaltou que no Decreto n.º 11.355, de 1º de janeiro de 2023, nas competências da primeira versão, havia o reconhecimento da demarcação de terras indígenas, hoje faz parte das competências do Ministério da Justiça - MJ, destacando que isso deve ser alterado no documento (Pág. 8). As alterações sugeridas pelos membros do CMG foram acordadas e serão consolidadas pela COTEC/CGGA/SE/CMG.

Deliberações: Aprovado por unanimidade, com ressalva.

Item 6 - Instituição do Comitê Interno de Transparência, Integridade e Controle do MPI - CITIC

(AECI)

Resumo das discussões: O Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, realizou uma breve apresentação sobre a importância do Comitê Ministerial de Governança (CMG), como instância de deliberação estratégica, logo foi apresentada a proposta da Minuta de Portaria de Instalação do Comitê Interno de Transparência, Integridade e Controle do MPI - CITIC, para aprovação dos membros do CMG/MPI.

Deliberações: Aprovado por unanimidade.

Item 7 - Levantamento, registro e aprovação de possíveis ações para compor o Plano de Ações de Integridade e de Enfrentamento à Corrupção do Governo Federal (AECI-MPI)

Resumo das discussões: Foi apresentado o Plano de Integridade do Poder Executivo Federal, coordenado pela Controladoria Geral da União (CGU), e seus eixos de atuação. A seguir, foram apresentadas três iniciativas de ações consolidadas pela equipe da AECI/MPI junto às áreas finalísticas desse Ministério conforme registro em processo SEI, são elas:

1ª - Aprimoramento do processo de registro civil e mitigação dos riscos de ocorrência de aposentadorias fraudulentas no âmbito dos povos indígenas, a ser realizado pela Secretaria Nacional de Articulação e Promoção dos Direitos Indígenas (SEART), no prazo de 3 anos (maio/2027).

2ª - Aprimorar o processo de regularização dos registros cartoriais de terras indígenas por meio de governança interinstitucional (MPI, FUNAI, CNJ), a ser realizado pela Secretaria-Executiva (SE), no prazo de 1 ano (maio/2025).

3ª - Utilização das ferramentas de geoprocessamento e dos sistemas de bancos de dados espaciais como estratégia de fortalecimento da governança e gestão nos territórios indígenas, a ser realizada pela Secretaria Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena em parceria com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), estruturação da ação até maio/2025.

Deliberações: Houve a aprovação unânime dos membros do CMG e foi acordada a submissão das três iniciativas pela AECI/MPI à CGU. O assunto voltará à pauta para informes caso alguma das iniciativas do MPI seja selecionada para compor o Programa.

Item 8 - Informes sobre a criação do Comitê de Ética do MPI (GM/ AECI)

Resumo das discussões: Foi realizado o informe referente à criação do Comitê de Ética do Ministério dos Povos Indígenas, a equipe da AECI/MPI organizará reuniões de alinhamento visando a construção da proposta de criação da Comissão e elaborará a documentação necessária para a instrução do rito processual do MPI, divulgando amplamente a iniciativa a todas as áreas para conhecimento.

Destacaram-se os informes do Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), sobre a auditoria anual de contas realizada no MPI referente ao ano fiscal de 2023 pela Controladoria Geral da União (CGU), com escopo na área contábil e financeira do Ministério. Ressaltou o Chefe da AECI que o relatório aponta não haver sido constatada nenhuma irregularidade, mas apresentou pontos de atenção em prestação de contas dos contratos de transporte, em especial os aéreos, realizados pela vinculada.

Deliberações: Não houve deliberações nesse ponto de pauta, por se tratar de informes.

Item 9 - Encaminhamentos e Encerramento.

Após todas as deliberações registradas, nada mais havendo a tratar, o Secretário-Executivo do MPI no exercício da presidência do CMG deu por encerrada a reunião às 16h35 do dia 10 de maio de 2024.

[1] 3ª Reunião Extraordinária do Comitê Ministerial de Governança - CMG



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Henrique Eloy Amado, Secretário(a) Executivo(a)**, em 27/05/2024, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **42304437** e o código CRC **4402EEDA**.

Processo nº 15000.000656/2024-85

SEI nº 42304437